

# DOSSIÊ TEMÁTICO "COMUNICAÇÃO, ECONOMIA, ÉTICA, DIREITOS E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA"

**Coordenadores:**

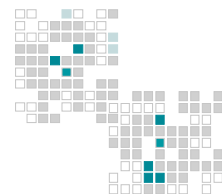
Ruy Sardinha Lopes e Fernando Oliveira Paulino

A presente edição da Revista da ALAIC traz dossiê especial sobre Comunicação, Economia, Ética, Direitos e Política na América Latina. Dezenas de trabalhos foram enviados e os doze artigos selecionados, somados à entrevista com o professor Dênis de Moraes, compõem este número. O objetivo deste dossiê é promover reflexão sobre a situação contemporânea na América Latina, com especial ênfase à acirrada batalha política e ideológica travada na região.

De alguma maneira, os textos levaram em conta como a reconfiguração geopolítica mundial tem conferido centralidade às políticas de comunicação e de informação, havendo disputas relacionadas à manutenção e à consolidação de práticas duramente conquistadas. Os artigos fazem referência a dualidades ligadas ao exercício do direito à comunicação e à informação e regimes regulatórios mais democratizantes e, por outro lado, a preservação de estruturas de poderosos oligopólios e interesses privatizantes, ainda muito em voga no subcontinente.

É preciso agregar, às questões acima, a presença cada vez mais constante de empresas transnacionais que, utilizando-se de tecnologias de informação e de comunicação, em grande medida, ainda não plenamente reguladas pelos governos nacionais, encontram brechas jurídicas, aliadas à fortes pressões econômicas, para auferirem ganhos em detrimento dos direitos civis e bem-estar das populações.

A realidade latino-americana tem pontos de convergência e distinções. Enquanto em alguns países há práticas de regulação e a comunicação é considerada uma área setorial de políticas públicas, em outros, o Estado tem se omitido da promoção de direitos fundamentais, tais como a liberdade de expressão e o acesso à informação pública. Tal dualidade exemplifica uma região diversificada, na qual persistem esforços para a democratização da mídia e a defesa do direito à comunicação.



A relação entre mídia e política e mídia e políticas públicas de comunicação perpassa todos os textos, especialmente aqueles ligados à realidade brasileira e os efeitos da mudança de governo neste ano de 2016.

O dossiê se inicia com o artigo “O desenvolvimento da regulamentação das televisões pública e educativa no Brasil”, produzido por Vivianne Lindsay Cardoso e Juliano Mauricio de Carvalho. No texto, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, os autores apresentam a trajetória da regulamentação das televisões pública e educativa a partir da visão da Economia Política da Comunicação, identificando os desafios a expansão incentivo e acesso do público aos canais e seus conteúdos.

A comunicação pública também foi uma preocupação de Fernando Checa Montúfar e Daniel Barredo Ibáñez, autores do artigo “Medios públicos y libertad de expresión en la percepción de los periodistas: un estudio comparativo (2008-2015)”. O texto se remete a trabalho empírico iniciado em 2008 com a aplicação de pesquisa com 120 jornalistas para compreender a opinião dos profissionais em relação à liberdade de expressão, posta em risco sobretudo pelo papel desempenhado por donos e diretores de veículos de comunicação. Sete anos depois, em momento polarizado, os autores demonstram tensionamentos sobre liberdade de expressão e práticas do atual governo equatoriano, levando em conta reformas legais e institucionais, especialmente a aprovação da Lei Orgânica de Comunicação (LOC) em 2013.

Em “Mídia concentrada no Brasil: até quando?”, Eula Dantas Taveira Cabral demonstra que o país conta com uma mídia concentrada sob a direção de empresários nacionais e estrangeiros em pesquisa que verifica o posicionamento do governo federal, de empresários e da sociedade civil. O artigo conclui que a concentração da mídia no Brasil tem interferido no pluralismo e na democratização das comunicações; sendo a sociedade civil sujeito fundamental para mudar o quadro atual de concentração e de irregularidades da mídia brasileira.

Patrícia Maurício também leva fé no estudo e nas práticas da sociedade civil em relação à comunicação ao desenvolver em “Apagão analógico e digital na TV aberta brasileira” a expectativa de que academia e a sociedade centrem esforços na disseminação da internet para a população mais pobre e na regulação das comunicações com base no interesse público. Para isso, a autora crê que o fim da TV aberta poderia ser um marco para a reflexão e para a inclusão tecnológica.

Mesmo com o crescimento acentuado da abrangência da internet, a televisão continua sendo a tecnologia de comunicação com maior abrangência nos países latino-americanos em escala nacional, regional e local. Em “Televisão aberta no Sul do Brasil: conteúdo regional sob controle político e religioso”, Pâmela Araujo Pinto e Ivonete da Silva Lopes estudam o segundo maior mercado da radiodifusão do Brasil e identificam barreiras à democratização das comunicações na região especialmente por conta do domínio de grupos políticos e religiosos sobre as concessões de TV .

Dois estudos trataram de relacionar os princípios gerais da Revista com análise de cobertura. Em “A Política nas páginas dos jornais: uma discussão metodológica sobre o enquadramento noticioso”, Carla Candida Rizzotto, Diego Antonelli e Paulo Ferracioli compreendem o enquadramento como um dos instrumentos mais presentes nos estudos de comunicação política que

pretendem fornecer subsídios para a interpretação da relação entre mídia e política. Utilizando análise da cobertura do jornal *Folha de S. Paulo* acerca do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, no final do ano de 2015, o objetivo do artigo foi discutir as características de dois diferentes tipos de pesquisas de enquadramento: a) as baseadas nos *issue-specific frames* e as que utilizam os *generic frames* como orientação metodológica

Outro estudo de cobertura selecionado foi “Manifestações e votos sobre impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros”, de autoria de Camila Becker, Camila Cesar, Débora Gallas e Maria Helena Weber. O artigo analisou as capas dos jornais: *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*, avaliando quatro momentos de caráter deliberativo: dois sobre as manifestações (pró e contra impeachment) e dois sobre a votação e encaminhamento do processo na Câmara dos Deputados. A pesquisa demonstra que as capas valorizaram os atos pró-impeachment de Dilma, sendo aqueles contra a medida editados junto a fatos que valorizavam o pedido, colaborando, assim, para a formação de opinião favorável ao impeachment.

A internet não poderia ficar de fora desta edição da Revista. Dois artigos focaram-se em compreender alterações derivadas do acesso e da utilização da rede mundial de computadores. Em “Hipótesis sobre la construcción del acontecimiento en la era de internet. Uma incursão nos artigos virtuais”, Silvia Tabachnik partiu da hipótese de que a internet tem produzido mudanças radicais que afetam a gênese, a morfologia e os modos de representação, circulação e reconhecimento do acontecimento, incidindo nos modos de como o que é coletivamente vivido e interpretado. Para cumprir com tal tarefa, a autora desenvolveu uma incursão nos arquivos virtuais de internet com o objetivo de revisar alguns documentos em vídeo relacionados com o processamento dos eventos de Ayotzinapa, um episódio recente que demandou ser reconhecido com a entidade e o estatuto histórico, político e ético de um acontecimento.

Outra pesquisa relacionada à internet foi “Comunicação Política no Facebook: Eleições Brasileiras de 2014 e as estratégias de campanha online”. O texto, de Michele Goulart Massuchin e Camilla Quesada Tavares, discute como as tecnologias integram as dinâmicas da comunicação política a partir da presença de novos espaços informativos e do engajamento dos eleitores durante as campanhas. Toma-se como prática o Facebook, analisando as estratégias de comunicação dos candidatos a presidente e do nível de interação dos usuários neste espaço. O cenário foram as eleições brasileiras de 2014 por meio da análise de 803 postagens durante todo o período eleitoral, tendo como base a metodologia quantitativa de análise de conteúdo. Um dos resultados indica que a mobilização e a promoção de agenda predominam nos conteúdos informativos publicados.

Preocupação com as práticas e os impactos da comunicação regional e local também estão presentes no artigo “Radio Romerillo: espacio comunitario para la comunicación em Cuba”. No texto, Ana Teresa Badía Valdés y Leysi Rubio analisam o uso de auto-falantes pelo projeto de utilidade social “Kcho Estudio Romerillo Laboratorio para el Arte”, em Havana. Nesta experiência, as pesquisadoras concluem que tem sido possível oferecer uma prática comunicativa dedicada a representar pequenos espaços sociais de maneira vinculada a trabalho comunitário que promove mudança e superação.

Em “Mediação, Subsunção e Apropriação Social: contribuição ao diálogo entre Estudos Culturais, Economia Política e Comunicação”, César Bolaño, Ángel Páez e Mauricio Herrera-Jaramillo partem da perspectiva da Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPC) e os Estudos Culturais (EC) que incorporam uma perspectiva antropológica aos estudos comunicacionais. O texto procura propiciar um diálogo entre as categorias Mediação, Subsunção e Apropriação Social, com o objetivo de contribuir com a formulação de quadros de análise e taxonomias úteis para a organização de um novo programa de pesquisas. O uso do conceito marxista latino-americano de resistência deixa clara, no entender dos autores, a compatibilidade entre os dois enfoques (Mediação e Apropriação Social) e permite uma abordagem da EPC na incorporação da teoria da apropriação social da tecnologia, que é o fundamental ainda no atual estágio de desenvolvimento da Internet (e ademais pode ajudar a pensar no tema da tecnologia em geral e sua vinculação com o problema da mediação). O uso também poderia ajudaria a entender com maior clareza de que forma as TIC podem converter-se em uma verdadeira ferramenta de luta para os movimentos sociais? O artigo deixa intencionalmente algumas perguntas em aberto: sobre a economia política da Internet e acerca de quem são os mediadores nos processos de apropriação social da tecnologia. Além disso, referência importante é utilizar padrão comum que facilita a mediação entre as sub-áreas da comunicação e outras áreas de diálogo, diluindo fronteiras epistemológicas e contribuindo para entender o processo de difusão do capitalismo e a construção de estratégias de resistência. Tais mecanismos seriam a base para a consolidação de um projeto anti-hegemônico capaz de reverter a realidade marginal e excludente a que, historicamente, têm sido sujeitas as comunidades latino-americanas.

O presente dossiê ainda oferece uma importante contribuição de Juliano Mendonça Domingues-da-Silva. Em “O Oligopólio na TV: uma contribuição empírica para o debate normativo Brasil-Argentina”, o autor busca explorar a relação entre microeconomia e políticas de comunicação, a partir estruturas de mercado, mensuração de concentração e dimensão histórica. Toda a pesquisa foi guiada pela pergunta: como classificar um mercado de comunicação em função da sua estrutura? Tomou-se como referência o mercado de TV aberta em rede nacional no Brasil e na Argentina, por meio da variável audiência. Concluiu-se que ambos os países possuem mercados altamente concentrados, historicamente estruturados em modelos setoriais de concorrência monopolista e oligopolista, respectivamente, e com baixo grau de diversidade de vozes.

Finalmente, o dossiê traz entrevista com o professor Dênis de Moraes, atento intérprete da comunicação na América Latina, que tem acompanhado a região por meio de leituras e produção científica baseadas no contato com a realidade dos países. A entrevista, coordenada por Fernando Oliveira Paulino, Luiz Martins da Silva e Jairo Faria, conta com análise de questões relacionadas à economia política ética, política, comunicação e cidadania. O diálogo também se focou na produção científica latino-americana. Segundo o professor, vivenciamos uma produtividade constante e qualificada na região com “uma variedade estimulante de eixos temáticos e enfoques; e um revigoreamento do debate acadêmico e do pensamento crítico”.

Coincidentemente os objetivos centrais deste dossiê, cujos textos estão apresentados acima, ganham ainda mais força por compreensões e necessidades compartilhadas dentro e fora das instituições de educação superior apelando pelo diálogo e pelas condições necessárias para desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Boa leitura, os autores.

# DOSSIER TEMÁTICO “COMUNICACIÓN, ECONOMÍA, ÉTICA, DERECHOS Y POLÍTICA EN AMÉRICA LATINA”.

## Coordinadores:

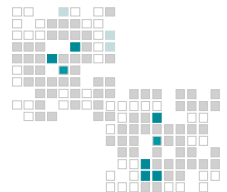
Ruy Sardinha Lopes y Fernando Oliveira Paulino

Este número de la Revista de ALAIC trae un dossier especial sobre Comunicación, Economía, Ética, Derechos y Política en América Latina. Decenas de trabajos fueron enviados y los doce artículos seleccionados, sumados a la entrevista con el profesor Dênis de Moraes, componen este número. El propósito de este dossier es promover la reflexión sobre la situación contemporánea de América Latina, con especial énfasis en la feroz batalla política e ideológica librada en la región.

De alguna manera, los textos tienen en cuenta la cuestión de cómo la reconfiguración geopolítica mundial ha dado la centralidad a las políticas de comunicación y de información, teniendo disputas relacionadas al mantenimiento y la consolidación prácticas duramente conquistadas. Los artículos hacen referencia a las dualidades relacionadas con el ejercicio del derecho a la comunicación y a la información y los regímenes regulatorios más democratizantes y, por otro lado, la preservación de estructuras de poderosos oligopolios e intereses privatizantes, todavía muy en boga en el subcontinente.

Es preciso agregar, a las cuestiones anteriores, la presencia cada vez más constante de empresas transnacionales que utilizando tecnologías de la información y de la comunicación, que en gran medida, aún no están totalmente reguladas por los gobiernos nacionales, encuentran vacíos legales, aliadas a una fuerte presión económica, para obtener beneficios a costa de los derechos civiles y el bienestar de las poblaciones.

La realidad de América Latina tiene puntos de convergencia y distinciones. Mientras que en algunos países existen prácticas de regulación y la comunicación es considerada un área sectorial de las políticas públicas, en otros, el Estado se ha omitido en la promoción de los derechos fundamentales, como la libertad de expresión y el acceso a la información pública. Esta dualidad es un ejemplo de una región diversa, donde todavía hay esfuerzos para la democratización de los medios y la defensa del derecho a la comunicación.



La relación entre los medios y la política, y los medios de comunicación y la política pública de comunicaciones impregna todos los textos, especialmente los vinculados a la realidad brasilera y los efectos del cambio de gobierno en el año 2016.

El dossier comienza con el artículo “El desarrollo de la regulación de la televisión pública y educativa en Brasil”, producido por Vivianne Lindsay Cardoso y Juliano Mauricio de Carvalho. En el texto, a través de la investigación bibliográfica y documental, los autores presentan la trayectoria de la regulación de la televisión pública y educativa a partir de la visión de la Economía Política de la Comunicación, identificando los retos a la expansión de incentivo y el acceso del público a los canales y sus contenidos.

La comunicación pública fue también una preocupación de Fernando Checa Montúfar y Daniel Barredo Ibáñez, autores del artículo “Medios públicos y libertad de expresión en la percepción de los periodistas: un estudio comparativo (2008-2015)”. El texto se refiere al trabajo empírico iniciado en 2008 con la aplicación de la investigación con 120 periodistas para entender la opinión de los profesionales en relación con la libertad de expresión, puesto en peligro especialmente por el papel desempeñado por los propietarios y directores de vehículos de comunicación. Siete años más tarde, en un momento polarizado, los autores demuestran las tensiones sobre la libertad de expresión y prácticas del actual gobierno del Ecuador, teniendo en cuenta las reformas legales e institucionales, en particular, la aprobación de la Ley Orgánica de Comunicación (LOC) en 2013.

En “Medios de comunicación concentrados en Brasil: ¿hasta cuándo?”, Eula Dantas Taveira Cabral demuestra que el país cuenta con medios de comunicación concentrados bajo la dirección de los empresarios nacionales y extranjeros, la investigación comprueba la posición del gobierno federal, del sector empresarial y la sociedad civil. El artículo concluye que la concentración de medios en Brasil ha interferido en el pluralismo y la democratización de las comunicaciones, siendo la sociedad civil sujeto fundamental para cambiar el cuadro actual de concentración y de las irregularidades de los medios de comunicación brasileiros.

Patricia Mauricio también participa en el estudio y en las prácticas de la sociedad civil en relación a la comunicación al desarrollar “Apagón analógico y digital en la televisión abierta brasilera”, la expectativa de que la academia y la sociedad concentren esfuerzos en la difusión de Internet para la población más pobre y en la regulación de las comunicaciones con base en el interés público. Para ello, la autora cree que el fin de la televisión abierta podría ser un marco para la reflexión y la inclusión tecnológica.

Aunque continúe el fuerte crecimiento de la cobertura de Internet, la televisión sigue siendo la tecnología de la comunicación con un mayor alcance en los países latino-americanos a nivel nacional, regional y local. En “Televisión abierta en el sur del Brasil: contenido regional sobre control político y religioso”, Pâmela Araujo Pinto e Ivonete da Silva Lopes estudian el segundo mayor mercado de la radiodifusión en Brasil e identifican los obstáculos a la democratización de las comunicaciones en la región, especialmente por causa del dominio grupos políticos y religiosos sobre las concesiones de televisión.

Dos estudios trataron de relacionar los principios generales de la Revista con el análisis de la cobertura. En “La política en las páginas de los periódicos: una discusión metodológica del entorno de noticias”, Carla Candida Rizzotto, Diego Antonelli y Paul Ferracioli entienden el encuadramiento como uno de los instrumentos más presentes en los estudios de comunicación política que pretenden

ofrecer subsidios para la interpretación de la relación entre los medios y la política. Utilizando el análisis de la cobertura de periódico *Folha de S. Paulo* acerca del pedido de destitución de la presidenta Dilma Rousseff a finales de 2015, el propósito del artículo fue discutir las características de dos tipos diferentes investigación de encuadramiento: sobre la base de los *issue-specific frames* y las que utilizan los *generic frames* como orientación metodológica

Otro estudio de cobertura seleccionada fue “Las manifestaciones y los votos en el juicio político Dilma Rousseff en la primera página de los periódicos brasileños”, escrito por Camila Becker, Camila Cesar, Débora Gallas y Maria Helena Weber. El artículo analiza las portadas de los periódicos *O Globo*, *Folha de São Paulo* y *O Estado de São Paulo*, evaluando cuatro momentos de carácter deliberativo: dos sobre las manifestaciones (a favor y en contra de la acusación) y dos sobre el proceso de votación y encaminamiento del proceso en la Cámara de Diputados. La investigación demuestra que las portadas valorizan los actos a favor de la destitución de Dilma, siendo que aquellos contra la medida fueron editados junto con los hechos que valorizaban el pedido, colaborando así a la formación de opinión favorable a la destitución.

El Internet no podía quedarse fuera de este número de la Revista. Dos artículos se centraron en la comprensión de los cambios derivados del acceso y de la utilización de la red mundial de computadores. En “Hipótesis sobre la construcción del acontecimiento en la era de internet: Una incursión en los artículos virtuales”, Silvia Tabachnik partió de la hipótesis de que Internet ha producido cambios radicales que afectan a la génesis, morfología y modos de representación, circulación y reconocimiento del acontecimiento, incidiendo en la manera de cómo lo que colectivamente es vivido e interpretado. Para cumplir con esta tarea, la autora desarrolló una incursión en los archivos virtuales de Internet con el fin de revisar algunos documentos en vídeo relacionado con el procesamiento de eventos Ayotzinapa, un episodio reciente que demandó ser reconocido con la entidad y el estatuto histórico, político y ético de un acontecimiento.

Otra investigación relacionada con el acceso a Internet fue “Comunicación Política en Facebook: Elecciones brasileñas de 2014 y las estrategias de campaña en línea”. El texto de Michele Goulart Massuchin y Camilla Quesada Tavares, discute cómo las tecnologías integran las dinámicas de comunicación política a partir de la presencia de nuevos espacios de información y la participación de los electores durante las campañas. Se toma como práctica Facebook, analizando las estrategias de comunicación de los candidatos presidenciales y del nivel de interacción de los usuarios en este espacio. El escenario fueron las elecciones brasileñas en 2014 a través del análisis de 803 mensajes en todo el período electoral, teniendo como base la metodología cuantitativa de análisis de contenido. Uno de los resultados indica que la movilización y la promoción de agenda predominan los contenidos informativos publicados.

Preocupación con las prácticas y los impactos de la comunicación regional y local también están presentes en el artículo “Radio Romerillo: espacio comunitario para la comunicación en Cuba”. En el texto, Ana Teresa Badía Valdés y Leysi Rubio analizan el uso de altavoces por el proyecto de utilidad social “Kcho Estudio Romerillo Laboratorio para el Arte”, en La Habana. En esta experiencia, los investigadores concluyen que ha sido posible ofrecer una práctica comunicativa dedicada a representar a los pequeños espacios sociales de manera vinculada al trabajo comunitario que promueve el cambio y superación.

En “Mediación, Subsunción y Apropriación Social: contribución al diálogo entre Estudios Culturales, Economía Política y Comunicación”, César Bolaño, Ángel Páez y Mauricio Herrera-Jaramillo parten

desde la perspectiva de la Economía Política de la Comunicación y de la Cultura (EPC) y los Estudios Culturales (EC) que incorporan una perspectiva antropológica a los estudios de comunicación. El texto busca fomentar el diálogo entre las categorías de Mediación, Subsunción y Apropiación Social, con el objetivo de contribuir a la formulación de marcos de análisis y taxonomías útiles para la organización de un nuevo programa de investigación. El uso del concepto marxista latinoamericano de resistencia deja claro, en opinión de los autores, la compatibilidad entre los dos enfoques (Mediación y Apropiación Social) y permite un enfoque de la EPC en la incorporación de la teoría de la apropiación social de la tecnología, que es lo fundamental incluso en la actual etapa de desarrollo de Internet (y además puede ayudar a pensar en el tema de la tecnología en general y su relación con el problema de la mediación). El uso también podría ayudar a entender más claramente, ¿de qué forma las TIC pueden convertirse en una verdadera herramienta de lucha de los movimientos sociales? El artículo deja intencionalmente algunas preguntas abiertas: sobre la economía política de Internet y acerca de quiénes son los mediadores en los procesos de apropiación social de la tecnología. Además, la referencia importante es utilizar un padrón común que facilita la mediación entre las sub-áreas de la comunicación y otros ámbitos del diálogo, diluyendo fronteras epistemológicas y contribuyendo para la comprensión del proceso de difusión del capitalismo y la construcción de estrategias de resistencia. Tales mecanismos serían la base para la consolidación de un proyecto contra-hegemónico capaz de revertir la realidad marginal y excluyente a la que históricamente han sido sujetadas las comunidades de latinoamericanas.

Este dossier también ofrece la importante contribución de Juliano Mendonça Domingues-da-Silva. En “El Oligopolio en la Televisión: una contribución empírica al debate normativo Brasil-Argentina”, el autor trata de explorar la relación entre microeconomía y políticas de comunicación, a partir de estructuras de mercado, mensuración de la concentración y dimensión histórica. Toda la investigación fue guiada por la pregunta: ¿cómo clasificar un mercado de comunicación en función de su estructura? Se tomó como referencia el mercado de televisión abierta en red nacional en el Brasil y en la Argentina, a través de la variable de audiencia. Se concluyó que ambos países tienen mercados altamente concentrados, históricamente estructurados en modelos sectoriales de competencia monopólica y oligopólica, respectivamente, y con bajo grado de diversidad de voces.

Por último, el dossier trae una entrevista con el profesor Dênis de Moraes, cuidadoso intérprete de la comunicación en América Latina, que ha acompañado a la región a través de lecturas y producción científica basadas en el contacto con la realidad de los países. La entrevista, coordinada por Fernando Oliveira Paulino, Luiz Martins da Silva y Jairo Faria, cuenta con el análisis de cuestiones relacionadas a la economía política ética, la política, la comunicación y la ciudadanía. El diálogo también se centró en la producción científica de latinoamericana. Según el profesor, experimentamos una productividad constante y cualificada en la región con “una variedad estimulante de ejes temáticos y enfoques; y un fortalecimiento del debate académico y del pensamiento crítico”.

Casualmente los objetivos centrales de este dossier, cuyos textos fueron presentados anteriormente, se hacen todavía más fuertes mediante la comprensión y las necesidades compartidas dentro y fuera de las instituciones de educación superior que apelan al diálogo y por las condiciones necesarias para desarrollar la enseñanza, investigación y extensión.

Buena lectura, los autores.